



**ST16. INTERFACES ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA  
50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

1050

**ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA E A DITADURA MILITAR:  
MEMÓRIAS E RESSIGNIFICAÇÕES DO PASSADO**

*Rafael Porto Ribeiro<sup>1</sup>  
Fábio Ronaldo da Silva<sup>2</sup>  
Rosilene Dias Montenegro<sup>3</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho busca refletir sobre as memórias de ex-alunos da Escola Politécnica da Paraíba, primeira instituição de ensino superior de Campina Grande, a respeito da Ditadura Militar, fazendo um diálogo com uma fonte representante da mídia impressa da época. Durante o período ditatorial no Brasil, a prática da censura e da perseguição política se tornou “comum”, e direitos como a garantia à liberdade de expressão foram perseguidos. A censura atingia principalmente os meios de comunicação, impondo regras e permitindo a publicação daquilo que era favorável ao regime militar. É nesse contexto que analisaremos os discursos dos ex-alunos e ex-alunas da Politécnica. Quais as memórias mantidas desse período? Como a mídia impressa mostrava o funcionamento da Politécnica? Essas são algumas questões que levantamos neste trabalho que utiliza a História Oral como metodologia de pesquisa, em diálogo com a fonte impressa, especificamente o *Diário da Borborema*, durante os anos de 1952-1970.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Memória. Ciência e Tecnologia.

A partir de 1964, com o golpe militar que depôs no Brasil o Presidente da República, João Belchior Marques Goulart (João Goulart), todo veículo de informação que quisesse continuar existindo teve que passar por reformulações que permitissem a ampla veiculação de propaganda pró-regime ditatorial. Em Campina Grande, *Diário da Borborema*<sup>4</sup>, jornal local e de tiragem diária, criado em 02/10/1957, pelo império

<sup>1</sup> Aluno PIBIC pelo Projeto Memória da Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande sob a orientação da profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro. Vigência 2013-2014. [rafaelporto2@otmail.com](mailto:rafaelporto2@otmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em História pelo PPGH/UFPE. [fabiocg@gmail.com](mailto:fabiocg@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em História. [rosilenedm@hotmail.com](mailto:rosilenedm@hotmail.com)

<sup>4</sup> A primeira edição do *Diário da Borborema* foi publicada em 02 de outubro de 1957 com sete cadernos e 56 páginas. O periódico já nasceu pertencendo à cadeia dos Diários e Associados e esteve em circulação até 01 de fevereiro de 2012.

empresarial Diários Associados, limitou-se a comunicar, sem questionamentos ou críticas, as ações do governo federal. Tal posicionamento foi comprovado a partir das pesquisas no acervo do dito jornal realizadas pelo Projeto Memória, documentadas em artigos e outras produções dos pesquisadores do projeto.

Passavam-se as informações como se todas as ações do governo fossem meramente técnicas, ações naturalmente decorrentes do ato de governar – como se nenhum golpe tivesse acontecido, como se o fluxo do poder jamais tivesse sido modificado e não existissem as disputas em torno da construção política do país e a democracia como ideal e prática de humanização e justiça social. O *Diário da Borborema*, assim como grande parte da mídia<sup>5</sup> informava sobre uma revolução e não de um processo ditatorial que se instalava no país.

(...) tendo os meios de comunicação sob controle, e ainda por cima, contando com a preciosa colaboração da TV Globo, os órgãos de repressão empreenderam esforços no sentido de popularizar a imagem do governo mediante a cooptação de antigos participantes da luta armada. A estes caberia denegrir o esforço revolucionário dos militantes da esquerda e, simultaneamente, exaltar o governo apresentado como progressista. (AQUINO, 2012, p. 246)

É justamente após os eventos de 1964 que vamos perceber, no *Diário da Borborema*, um enfoque maior na Escola Politécnica da Paraíba, fundada em 1952. Notícias eram veiculadas frequentemente sobre vários aspectos da Politécnica, indo da solenidade de formatura de uma turma até a instalação do primeiro IBM 1130, primeiro computador a ser instalado em uma instituição do Norte-Nordeste. É importante mencionar aqui que, foi no período em que Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque esteve na direção dessa Escola (1964-1971), que houve a primeira expansão da instituição com a criação de novos cursos de graduação e, também, de cursos de pós-graduações e vários convênios firmados entre instituições nacionais e internacionais.

A respeito da propaganda do governo durante a ditadura militar, FICO (1997) afirma que os focos das campanhas da Aerp/ARP eram principalmente voltadas para a juventude, ao mesmo tempo em que procuravam afirmar o Brasil como um país que “vai pra frente”, enfocando claramente as noções de progresso e avanço econômico que tanto fizeram parte das ideias sobre o Brasil propagadas pela ditadura. A nível local, a Escola Politécnica da Paraíba é justamente o lugar de confluência desses focos de propaganda, uma vez que as turmas formadas na Poli são compostas em sua grande maioria por jovens.

Considerada as dimensões da influência da ditadura militar localmente, podemos questionar também a influência dessa ditadura nos próprios cidadãos de Campina

---

<sup>5</sup> A grande imprensa sofria censura da ditadura, ou corroborava com as ações do governo. Vamos ver, por exemplo, jornais de circulação nacional trazendo as seguintes manchetes: "Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada" (O Globo, 02/04/1964); "Feliz a nação que pode contar com corporações militares de tão altos índices cívicos" (O Estado de Minas, 05/04/2013) ou Congresso concorda em aprovar Ato Institucional" (Jornal do Brasil, 09/04/1964), mas, apesar disso, alguns jornais alternativos que não concordavam com o poder vigente passaram a surgir, sendo o *Pasquim* (1969 a 1988) um dos periódicos mais importantes que surgiu naquele período.

Grande<sup>6</sup>, e mais precisamente, nos alunos da Escola Politécnica, que estavam sob os holofotes da mídia e do governo militar, uma vez que faziam parte de uma instituição de ensino superior de história tão rica. Tal história “rica” da construção, fundação e administração da Escola Politécnica será discutida posteriormente.

O próprio fato de se estudar numa instituição de ensino superior em Campina Grande já fazia dos alunos indivíduos de interesse para a mídia e o governo, já que até então, não havia nenhuma instituição similar na cidade.

## APRESENTANDO A ESCOLA POLITÉCNICA

1052

A criação de uma instituição de ensino superior em Campina Grande era uma cara aspiração das elites campinense, idealizada pelo segmento intelectual e de profissionais liberais de Campina Grande, na década de 1950 (LOPES, 1989). Um dos principais motivos para a implantação do ensino superior na cidade era atender aos estudantes campinenses e da região, filhos e/ou membros das elites político-econômicas, que desejavam construir na cidade condições de oferecer formação escolar e profissional em nível superior. Na ausência do ensino superior na cidade, os jovens das famílias abastadas e a de classe média tinham que se deslocar para outros Estados ou regiões. A essa razão soma-se a necessidade das elites campinenses de criar lugares de atuação profissional e trabalho para os seus filhos.

Na cidade, as opções para a colocação profissional para as elites se limitavam ao comércio e a política. Os poucos profissionais liberais, engenheiros, médicos, advogados, ocupavam as também poucas colocações de emprego nas áreas da saúde, ciências jurídicas e ensino. Áreas cada vez mais demandadas, apresentando carência de profissionais para atender essas demandas.

O governador do Estado (1951-1956) o escritor e também político José Américo de Almeida incentivou e apoiou a criação de instituições de ensino superior. Projeto que esperava se constituir um das marcas de seu governo. Como de fato o foi. Todavia, para se tornar realidade esse projeto político enfrentou importantes obstáculos. Pois, embora a conjuntura política no Estado da Paraíba fosse bastante favorável à criação de instituições de ensino superior, havia choque de interesse entre as duas mais importantes elites do Estado, a da capital João Pessoa e a de Campina Grande, polo comercial algodoeiro. Essas disputas tendiam a apequenar as propostas tocantes à educação.

Os relatos de fundadores da Escola Politécnica sobre as dificuldades enfrentadas pelo grupo fundador dessa instituição são taxativos quanto a interferência dos divergentes interesses políticos. O engenheiro Químico, fundador e professor da Escola Politécnica, José Marques de Almeida Jr, chamado de Dr. Zezé Marques, recordando as discussões, tensões e dificuldades para a criação da primeira instituição de ensino superior em Campina Grande com projeto de formação na área técnica, em particular, de engenheiros, afirma:

---

<sup>6</sup> Na época, Newton Rique, Prefeito de Campina Grande, deu declarações informando ser contrário ao golpe e, pouco tempo depois ele foi cassado.

O general Oliveira Leite queria um curso [em nível] médio em Campina Grande. Desse modo argumentei que, um curso médio já existia no SENAI e o que queríamos era uma Escola [em nível] Superior. Ele se opôs por que batalhava a criação desta mesma Escola em João Pessoa (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 2004, p.11).

O caminho empreendido pelos fundadores foi árduo, todavia bem estruturado. Os fundadores da Escola Politécnica conseguiram transformar a ideia inicial de criação de uma escola de nível superior em projeto consistente, convincente e pertinente de uma escola de caráter técnico-científico para a formação de graduados em Engenharia Civil, que segundo Edvaldo de Souza do Ó (s/d), era uma proposta do Governador José Américo de Almeida.

Os argumentos foram seguros e unânimes, passando-se logo a outra sugestão, que foi a da criação de uma Escola Politécnica, começando com o curso de Engenharia Civil. Aceita unanimemente essa ideia, designou-se uma comissão constituída dos senhores José Marques de Almeida Jr., Giuseppe Gióia, Austro de França Costa e Antônio da Silva Morais, para posteriormente se reunirem e redigirem um convite a todos os técnicos do Estado, solicitando-lhes a presença a uma reunião, em que o assunto fosse mais largamente debatido. (DO Ó, s/d.: 25)

Antônio Ildefonso de Albuquerque Melo, ex-professor e pioneiro da Politécnica, também relata como foi o processo de criação da Escola em Campina Grande e as dificuldades advindas da capital para que a instituição não fosse criada em uma cidade do interior.

Escola Politécnica resultou de uma conversa entre um pessoal de Campina Grande com o governador José Américo de Almeida, da qual houve o entendimento prévio, mas havia uma disputa muito grande com João Pessoa. Havia um general<sup>7</sup> que queria ser o chefe e achava que Campina Grande não era digna de ter uma Escola de Engenharia, desejando que esta fosse criada em João Pessoa. Naquele tempo, existiam diversos órgãos filiados a Engenharia de Produção Mineral que funcionavam realmente. Hoje, o Brasil é um caos, não tem mais uma organização das carreiras de Engenharia. Antigamente havia uma densidade relativa de técnicos em Campina Grande e, por conta disso, era perfeitamente viável a criação de uma Escola Politécnica, bem como a criação de uma Escola de Economia. Nessa época, existia muito despeito de João Pessoa com Campina Grande, tudo que era para Campina Grande era difícil, mas José Américo comprometeu-se e cumpriu. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 2004, p. 05)

A Escola Politécnica da Paraíba foi então criada com o curso de Engenharia Civil. Mas devido as questões de ordem burocrática junto ao Ministério da Educação,

---

<sup>7</sup> O general que o entrevistado esta se referindo é o general Oliveira Leite, que foi contrário a criação da Escola Politécnica, propondo a criação da Escola de Química.

seu funcionamento só foi autorizado em 14 de julho de 1953, através do Decreto Federal de nº 33.286, aprovado pelo presidente Getúlio Vargas.

foi criada em [19]52, mas só teve vestibular em [19]54, quer dizer a primeira turma entrou, foram nove [lapso de memória do prof. Lynaldo pois foram oito] alunos que entraram no começo de 54. Muitos professores que tinham assinado como possíveis titulares de disciplinas eram pessoas que moravam em João Pessoa e depois não demonstraram maior interesse, até porque os salários eram muito baixos. (ALBUQUERQUE, 2005, 03)

O primeiro vestibular da Politécnica ocorreu em 1954, e o reconhecimento do curso em outubro de 1958, ainda neste último ano, se formou a primeira turma de engenheiros dessa Escola.

No ano de 1973, através da Resolução de número 12 do Conselho Universitário, de 02/08/1973, há uma reformulação da estrutura acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e, a partir da aprovação da Portaria R/DP 280, de 25/06/1973 o Ministério da Educação e Cultura promulga pelo Decreto de número 73.701, de 28/02/1974, foi criado o Centro de Ciências e Tecnologia, ocorrendo a fusão da Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas como *campi* da UFPB. Em 2002, a UFPB cederia quatro dos seus seis campi para a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), de acordo com a Lei de número nº. 10.419, de 09.04.2002.

## MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

Os entrevistados aqui citados falaram sobre sua vida e cotidiano quando alunos da Escola Politécnica da Paraíba. Essas entrevistas foram realizadas no decorrer do ano de 2013 pelos integrantes do Projeto Memória, Raquel Guedes e Rafael Porto. As entrevistas são o resultado de mais um ciclo de atividades do Projeto Memória, que incluiu também o levantamento de dados sobre ex-alunos(as) e ex-funcionários(as) da Escola, bem como o indexamento de arquivos relacionados ao período de funcionamento da Escola (1952-70). Quando perguntados sobre a percepção deles sobre a ditadura, encontramos respostas variadas, que têm seus motivos ainda indefinidos, mas ainda assim, possíveis de serem traçados.

A primeira fala a ser analisada, será a da depoente A.M.V., ex-aluna do curso de Engenharia na Escola Politécnica, a respeito do contexto histórico pré-ditadura, A.M. nos explica que:

[nós, o Brasil] Estávamos no governo de Jango, era um governo socialista e todo estudante que não fosse comunista era imbecil sabe? Você não podia ser de direita, os estudantes. Os professores eram todos de direita né? E todo mundo era a favor da Reforma de Base e todo mundo lutava pelo povo na universidade, o slogan era ‘O Povo na Universidade’. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 06/05/13)

Nessa fala percebemos a tendência dos jovens da época de aderirem à ideologia de esquerda. Tendo em vista as injustiças sociais dentro do país, os jovens que entram na Poli (em sua maioria, da classe média e alta) se mostram altamente politizados, com uma opinião formada sobre o governo que depôs o populista em 1964.

Já sobre o período após o golpe de 1964, A.M.V. Nos fala sobre as medidas tomadas pelo exército para manter o controle sobre a população:

Houve repressão porque era uma coisa muito calada, ninguém sabia, era no cochicho que agente falava ‘fulano foi preso’, ‘sicrano desapareceu’. Você tava conversando em um papo assim, no intervalo de aula, aí chegava um cara e se metia no papo sem ninguém chamar sabe? Aí, a gente foi descobrindo que aquilo eram pessoas infiltradas. Na minha turma tinham cinco militares, um major, dois tenentes e um sargento, quatro... A gente não podia dizer nada, não se falava de política, acabou-se. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 06/05/13)

1055

A força da repressão é evidente nesse trecho da fala da entrevistada, que ainda comenta sobre as medidas tomadas contra os funcionários da Politécnica, alegando que o foco mesmo estava nos estudantes. A entrevistada também fala sobre a fiscalização dos militares em todos os âmbitos das práticas na Escola, de aulas práticas às viagens estudantis, tudo precisava passar primeiro pela aprovação do exército.

É interessante notar também que a depoente foi a primeira mulher a se formar em Engenharia na Escola Politécnica, curso reservado, culturalmente, apenas ao sexo masculino. E ela própria se define como uma mulher “pioneira”. O fato dela se mostrar contrária à ditadura desde o começo reforça a sua definição. É trabalhável também a situação do feminino dentro dessa instituição predominantemente masculina.

O professor E. P. (2004) que diz que a Escola só não fechou porque contou com ajuda da comunidade empresarial.

A Escola Politécnica não fechou graças ao apoio de empresas da cidade, da Federação das Indústrias e a Associação Comercial, mesmo assim nós nos cotizávamos para comprar material de expediente, (...) para manter a Escola Politécnica funcionando. Nós fazíamos questão que nossos alunos soubessem disso, que eles estavam fazendo prova com papel comprado pelos professores, que o mimeografo não parava de produzir material didático porque os professores davam dinheiro para comprar extenso e álcool e o que precisasse [ser comprado]. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 29/04/2004)

Buscando fazer a relação dos depoimentos com outras fontes, recorreremos a uma notícia publicada no *Diário da Borborema* de 01/04/1964: “Alunos da Politécnica decidem, em Assembleia, entrar em greve para apoiar o presidente Jânio Quadros”. E em seguida há o texto: “Segundo Gil Teixeira Filho, presidente do Diretório Acadêmico da Politécnica o movimento paredista será uma manifestação da greve geral decretada pela UNE em sinal de protestos contra a crise atual e contra a crise nascida de uma política dirigida por maus brasileiros”.

Segundo Giovani (2009, p. 10), “o setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal”.

O professor E. P. relembra um pouco sobre a experiência de participar do Movimento Estudantil da Escola Politécnica.

(...) entrei em [19]63 e, na época, quem já estava no Movimento Estudantil filtrava muito os que pretendiam entrar. Os que chegavam eram observados muito tempo até merecem a confiança de participarem do Movimento Estudantil, mas nós o fizemos, e acho que fizemos bem, fizemos com lisura, com espírito público, com patriotismo, lutávamos pela melhoria de qualidade de ensino. Nós também não colocávamos a administração como inimiga, apenas somos de lados opostos. Havia um entrosamento muito grande entre os alunos e a administração, o Diretório Acadêmico apoiava muito a administração da antiga Politécnica até para fortalecimento, porque havia o preconceito contra a Escola Politécnica, principalmente quando ela começou a fazer parte da Universidade Federal da Paraíba. A Politécnica sempre foi discriminada. Ou a gente se unia ou então simplesmente o projeto podia falir. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 29/04/2004)

O Golpe fora dado três meses depois que Lynaldo Cavalcanti foi nomeado diretor da Escola Politécnica. E, ao contrário do que afirma o professor, Lynaldo Cavalcanti, por um tempo, não era bem querido pelo Diretório Acadêmico que o via como alguém da “direita”.

Antes de Lynaldo, Edson Pereira afirma que o ex-diretor Antônio da Silva Morais era mais preocupado em fazer a Escola funcionar com o curso de Engenharia Civil e, em alguns momentos, a instituição acabava se mostrando apolítica.

Dr. Morais, assim como os demais administradores e professores, sentia que a situação da Escola Politécnica era frágil e se fragilizaria mais ainda se pendesse para esse ou aquele grupo político, então tentavam efetivamente manter uma posição equilibrada de quem quer manter a instituição apolítica.

Usando as falas agora de outro entrevistado, J.S.R., veremos outra perspectiva da ditadura militar, oriunda de um contexto mais recente que fala anterior, já que esse entrevistado fala de suas vivências após entrar na Escola, a partir de 1972, enquanto que A.M.V. entrara na escola 10 anos antes.

Questionado sobre a situação do ensino durante a ditadura, J.S.R. comenta:

Tínhamos uma série de restrições com relação... Eu não sei se foi ditadura, se foi golpe militar... Teve, na minha opinião, algumas coisas positivas para o país, em termos de se reestabelecer a ordem, porque na época estava uma bagunça (...), nós podemos questionar como a ordem foi colocada, como a ordem foi imposta (...) Mas no período da

ditadura nós tivemos alguns avanços em termo de país. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 29/04/13)

O depoente, inclusive, conhecia pessoalmente Lynaldo Cavalcanti, um dos personagens principais nos primeiros anos de Escola Politécnica, e afirma:

Conheci o professor Lynaldo pessoalmente. Na época que eu era estudante de graduação ele era diretor da antiga Escola Politécnica, depois na época que eu estava fazendo o doutorado, o meu orientador, o professor, eu vi que ele tinha um bom relacionamento com ele, e eu conheci o Lynaldo pessoalmente. (...) Não tive tanta proximidade com o Lynaldo não. Mas de fato que ele influenciou de alguma forma na minha vida ele influenciou, porque ele influenciou no ambiente que eu estava. Onde eu estava estudando, onde eu estava obtendo minha formação profissional. Fatalmente alguns traços dele deve ter batido. (Entrevista cedida ao Projeto Memória em 29/04/13)

1057

Percebe-se pela fala do entrevistado que, apesar de ter conhecido pessoalmente uma das personalidades por trás da fundação da Escola Politécnica, ele julga a influência de Lynaldo como impossível de se evitar, como se todas suas práticas políticas fossem naturais, e os eventos que levaram a Poli à sua posição na época foram se sucedendo naturalmente. Talvez seja essa a impressão deixada pela imprensa que foi obrigada a se calar sobre as práticas do governo: de que os movimentos políticos e o rumo do país estavam fluindo de maneira natural, e que na verdade não haveria outra maneira senão essa. Sabemos que a mídia é formadora de opinião; e se tal assunto é “esquecido” pela mídia, lentamente as informações sobre tal assunto passam a cair no esquecimento. Note inclusive que o entrevistado não comenta sobre as práticas de Lynaldo para movimentar a Escola nos primeiros anos de fundação, justamente porque veicular a informação de um indivíduo driblando o sistema da ditadura significava uma dura repressão a todos os envolvidos no jornal que o fizesse.

É importante notar que até os estudantes mais alinhados à política da ditadura ainda não concordavam com as práticas brutais militares, e mesmo sobre as falas relacionadas a um período mais “brando” da ditadura (se comparado a outros períodos da ditadura), como o fim dos anos 70.

J.S.R. também fala um pouco sobre a economia durante a época da ditadura, “você não sabe o que é dormir hoje com R\$ 1.000,00 reais e amanhecer com um e qualquer coisa. E mudavam simplesmente os nomes das moedas ou coisa parecida, mas a inflação continuava do mesmo jeito”.

O depoente mostra conhecimento sobre a grave crise econômica que o Brasil estava passando, e que a ditadura pouco mudou a situação. Esse mesmo depoente afirma, em tempos depois, que “não houve derramamento de sangue” entre as transições dos governos, da república para a ditadura, e de volta à república. Ele não comenta nada, porém, sobre o derramamento de sangue durante esse governo, e esse comportamento também é esperado: Alegar a existência de tortura, para os que viveram a época, ainda é traumático, e bastante complicado também, já que não havia provas o



bastante para se afirmar tal coisa – lembre-se que a mídia era proibida de comentar o assunto.

No ano de 1999, quando completava-se 20 anos de anistia a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) produz um documento para retração formal e publica a todos integrantes punidos por medidas excepcionais e arbitrárias do regime militar<sup>8</sup>.

A repressão política na UFPB deixou provas inquestionáveis que estão agregadas ao processo: são os ofícios reservados de número 05 - Gabinete do Reitor Guillard Martins Alves, de 25 de fevereiro de 1969, dirigido aos diretores de todas as unidades da UFPB, dando conta das punições aplicadas a 85 alunos e ex-alunos, e pedindo cumprimento e o de número 03/881/69 do mesmo Reitor, de 1 de fevereiro de 1969, dirigido ao General Vinitius Notare, Comandante da Guarnição Federal, informando das providências tomadas - exoneração do Coordenador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e não renovação dos contratos de inúmeros professores desse mesmo instituto, da Escola politécnica de Campina Grande, da Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa, da Faculdade de Ciência Econômica de Campina Grande, da Escola de Engenharia, além do sustamento, para averiguação, do pagamento de salário de professores dessas mesmas unidades, como também da Escola de Agronomia do Nordeste e do Instituto Central de Física. São 29 professores atingidos. Completa o ofício, a informação sobre a dissolução dos Diretórios Central e Acadêmicos e a nomeação dos respectivos interventores<sup>9</sup>.

Através da interpretação das falas dos entrevistados é que podemos obter algumas respostas sobre o tempo do regime militar e sua influência na vida cotidiana do cidadão. Mais do que nunca é necessário prezar pela memória (e também pelos motivos que nos levam ao “esquecimento”), pois só assim, com a análise dos trechos do passado, é que podemos evitar que tamanho ataque à democracia e aos direitos humanos se repita novamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses relatos contribuem para que possamos conhecer um pouco mais a influência da ditadura militar na vida dos brasileiros e, sendo mais específico, como esse processo ditatorial vai interferir em vários ambientes, em específico, o educacional.

Durante o governo de Costa e Silva (1967-1968) a ditadura militar impôs a Reforma Universitária no intuito de acabar com as atividades estudantis subversivas.

Essa Reforma implantada durante a ditadura no Brasil produziu um novo paradigma na educação superior no país, passando a existir uma padronização no sistema acadêmico em todas as instituições de ensino superior, dentre os quais destacamos a introdução de vestibular unificado e classificatório, dedicação exclusiva

---

<sup>8</sup> É importante lembrar que, a partir de 1974 a Escola Politécnica passa a ser *campi* da UFPB, conforme mencionado anteriormente.

<sup>9</sup> [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=15315](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=15315)

dos docentes, criação de departamentos, adoção de regime de créditos, pós-graduação dividida em dois momentos, isto é, mestrado e doutorado, dentre outras diretrizes.

O processo ditatorial no Brasil acabou, mas ficaram as cicatrizes, assim como os prejuízos causados pelo sistema ditatorial que afetou, dentre outras instâncias, muitas instituições de ensino superior. Possivelmente, a Escola Politécnica da Paraíba sofreu bem menos intervenção, opressão e repressão do que, por exemplo, a UNICAMP, USP ou UFMG mas, mesmo em menor grau, a vivência em um sistema opressor muitas vezes não será percebida apenas nos depoimentos, como os mostrados ao longo deste artigo, mas também no olhar, nos silenciamentos ou nos suspiros quando feitas determinadas perguntas para alguns dos depoentes trazidos aqui. Tais atos, na maioria das vezes, nos traz mais angústia do que o falado, pois são memórias que, provavelmente, não se transformarão em palavras, talvez para que, desta forma, o sistema opressor nunca voltem a acontecer novamente.

No que se diz respeito à aplicação da propaganda militar sobre a sociedade brasileira, pode-se afirmar que as campanhas foram bem-sucedidas, tendo em vista a mudança de opinião sobre o regime militar e sobre ideologias antes defendidas, bem como a ideia geral dos entrevistados que “a ditadura teve seus méritos, principalmente econômicos”, evidência clara da atuação da propaganda sobre os alunos da Escola Politécnica da Paraíba.

Analisar as opiniões e situações contemporâneas à Escola e à ditadura é esclarecedora no que se refere aos pontos de vista que cada grupo social, por meio de representantes, tinha sobre o golpe e sobre suas políticas de caráter opressivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Um tempo para não esquecer(1964-1985)**. Rio de Janeiro, Consequência, 2012.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929 – 1989: A revolução Francesa da Historiografia**. Tradução de Nilo Odália, São Paulo: Editora Unesp, 1991.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande – Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste**. Campina Grande, Editora Tecnal: S/D.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Os Movimentos Sociais, o governo Pedro Gondim e o Golpe Militar na Paraíba**. IN. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

Ó, Edvaldo de Souza do. **Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda.

Acervo de entrevistas realizadas pelo Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande.